

6ª Edição - 2007

EXAME



C N A I



Prova de Qualificação Técnica Geral

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 13/2007

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

| | A | B | C | D |
|----|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 01 | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 02 | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 03 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 04 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 04 (quatro) alternativas, e 02 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. A transgressão de preceito do Código de Ética Profissional do Contabilista constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

- a) Advertência reservada ou advertência pública ou censura reservada.
- b) Advertência reservada ou censura reservada ou censura pública.
- c) Censura reservada ou censura pública ou suspensão do exercício profissional.
- d) Multa pecuniária, censura pública ou suspensão do exercício profissional.

2. De acordo com o Decreto-Lei nº 9295/46, o profissional da contabilidade que for punido por ter demonstrado incapacidade técnica no exercício da profissão, será penalizado com:

- a) Pena de multa pecuniária.
- b) Censura pública e pagamento de multa pecuniária.
- c) Suspensão do exercício profissional pelo prazo de seis meses a um ano.
- d) Suspensão do exercício profissional pelo prazo de 3 a 6 meses.

3. Antes de aceitar um trabalho, o auditor deverá tomar conhecimento preliminar da atividade da entidade a ser auditada, incluindo, entre outros, a estrutura organizacional, a complexidade das operações e o grau de exigência requerido para a realização do trabalho de auditoria. De acordo com a NBC P 1, esse conhecimento deve ser obtido:

- a) Junto à administração da entidade a ser auditada.
- b) Junto aos auditores independentes anteriores.
- c) Analisando a publicação das demonstrações contábeis do exercício anterior.
- d) Buscando informações sobre a entidade a ser auditada de outras formas possíveis (publicações, internet, etc).

4. As normas do CFC estabelecem, diferentemente da CVM, rotação dos líderes da equipe de auditoria, periodicamente, e não da empresa de auditoria. Essas normas estão previstas nas Resoluções CFC nºs 965/03 e 1034/05 e na Instrução CVM nº 308/99. Com base nesses dispositivos legais, indique a alternativa incorreta:

- a) O auditor independente pessoa física e o auditor independente pessoa jurídica não podem prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco anos consecutivos, contados a partir de maio de 1999, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para a sua recontração, conforme estabelece o artigo 31 da Instrução CVM nº. 308/99. Dessa forma, a exigência de rotação do pessoal de liderança da equipe de auditoria, conforme requerido pelo CFC, não é cumulativa em termos de hipótese de impedimento ou incompatibilidade definida pela Instrução CVM nº. 308/99, pois esta é aplicável exclusivamente às empresas de capital aberto.
- b) A utilização dos mesmos profissionais de liderança (sócio, diretor e gerente) na equipe de auditoria, numa mesma entidade auditada, por longo período, pode criar a perda da objetividade e do ceticismo, necessários na auditoria. O risco dessa perda deve ser eliminado adotando-se a rotação, a cada intervalo menor ou igual a cinco anos consecutivos, das lideranças da equipe de trabalho de auditoria, podendo retornar à referida equipe no intervalo mínimo de três anos.
- c) Alguns fatores que podem influenciar a objetividade e o ceticismo do auditor são: tempo que o profissional faz parte da equipe de auditoria; função do profissional na equipe de auditoria, em que o risco de perda da objetividade e do ceticismo é maior no pessoal de liderança da equipe, ou seja, os responsáveis técnicos. Entende-se que as demais funções de gerente, sênior ou encarregado e assistentes dedicam-se a realizar trabalhos de auditoria e não a tomar decisões-chave. Adicionalmente, os trabalhos executados por esses últimos são revisados pelos membros mais experientes da equipe de auditoria e as conclusões obtidas são por estes corroboradas.
- d) Admitiu-se, em face da impraticabilidade de rotação do pessoal de liderança nas entidades de auditoria de porte pequeno, com apenas um sócio ou diretor e auditores pessoas físicas, que a não-rotação nessas entidades de auditoria, nos prazos estabelecidos pelas normas do CFC, que seus trabalhos devem ser submetidos à revisão por outra entidade de auditoria, que emitirá relatório circunstanciado sobre a correta aplicação das normas profissionais e das técnicas nesses trabalhos, encaminhando-o ao CFC até 31 de julho de cada ano.

5. Conforme a Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores, a companhia pagará o dividendo ao acionista que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrito como proprietário ou usufrutuário da ação. Qual o prazo para este pagamento?

- a) Deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da assembléia geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.
- b) Deverá ser pago em qualquer hipótese até 30 dias depois de declarado.

c) Deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da assembléia geral, no prazo de 30 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

d) Deverá ser pago em qualquer hipótese até 360 dias depois de declarado.

6. Qual das alternativas a seguir não corresponde a uma ação disponível para eliminar a perda da independência, de acordo com a NBC P 1.2?

a) Alienar o interesse financeiro direto antes de a pessoa física tornar-se membro da equipe de auditoria.

b) Alienar o interesse financeiro direto relevante em sua totalidade ou em uma quantidade suficiente para que o interesse remanescente deixe de ser relevante antes de a pessoa física tornar-se membro da equipe de auditoria.

c) Manter a pessoa física compondo a equipe de auditoria, desde que não seja na coordenação.

d) Afastar o membro da equipe de auditoria do trabalho da empresa auditada.

7. Quanto às ações que devem ser tomadas pelo auditor independente, em relação ao trabalho de especialistas, de acordo com a NBC P 1.8, pode-se afirmar que:

a) Não é necessário testar ou revisar a fonte de dados utilizada pelo especialista.

b) Quando entender que o resultado do trabalho do especialista não fornece evidências de auditoria suficientes ou consistentes, o auditor independente pode discutir com a administração e o especialista.

c) O auditor não pode fazer refletir em seu parecer eventual discordância com o trabalho do especialista.

d) O auditor independente divide com o especialista a responsabilidade quanto à qualidade e à propriedade das premissas e métodos utilizados por este.

8. Conforme a Instrução CVM nº. 408/04, as participações societárias em EPEs - Entidades de Propósito Específico, nos termos da Instrução CVM nº. 247/96, incluídas na consolidação, deverão ser avaliadas:

a) Ao custo de aquisição ou formação.

b) Pelo valor justo.

c) Pelo método de equivalência patrimonial.

d) Pelo valor de reposição.

9. De acordo com a NBC T 10.19, as doações, subvenções e contribuições para custeio de entidades sem finalidades de lucros devem ser contabilizadas:

- a) Sempre no patrimônio social, em obediência ao regime de competência.
- b) No patrimônio social se arrecadadas na constituição da entidade e em receita se após a constituição.
- c) Em contas de receita.
- d) Em receita ou no patrimônio social, conforme os estatutos da entidade.

10. Indique a alternativa incorreta, considerando as normas profissionais de auditoria independente editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade:

- a) Na aplicação dos procedimentos de auditoria, o auditor independente deve considerar, entre outros, a complexidade e volume das operações, por meio de provas seletivas, testes e amostragens, cabendo-lhe, com base na avaliação dos riscos de auditoria e outros elementos de que dispuser, determinar a amplitude dos exames necessários, incluindo a aplicação dos testes de observância, os quais objetivam as conclusões sobre existência, direitos e obrigações, ocorrência, abrangência e mensuração, apresentação e divulgação, além de aplicação dos procedimentos de revisão analítica.
- b) O auditor independente, ao elaborar carta-proposta para a realização de auditoria de demonstrações contábeis e fixar seus honorários, deve ter conhecimentos básicos acerca das seguintes situações, as quais deverão ser consideradas na mesma carta-proposta: (i) descrição e abrangência dos serviços a serem realizados, inclusive referência às leis e regulamentos aplicáveis ao caso; (ii) que os trabalhos serão efetuados segundo as Normas Profissionais e Técnicas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; (iii) o objetivo do exame das demonstrações contábeis; (iv) a responsabilidade da administração do cliente sobre as demonstrações contábeis e que o cliente fornecerá ao auditor independente Carta de Responsabilidade da Administração; (v) as limitações de um exame de auditoria devido ao risco inerente, relacionado ao processo de teste, adotado numa auditoria; (vi) prazo estimado para a realização dos serviços; (vii) os relatórios a serem emitidos e os correspondentes honorários e sua forma de pagamento.
- c) O parecer do auditor independente, emitido com ressalva em face do não-ajuste de diferenças apuradas em levantamento físico de estoques, de valor relevante, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2006, implica a caracterização de fraude da administração da companhia e não simples erro na sua elaboração.

- d) Na apresentação de carta-proposta pelo auditor independente para a realização de auditoria de demonstrações contábeis, visando à emissão de parecer, devem ser observados, entre outros, os aspectos relacionados ao tempo que se espera despende na familiarização das atividades do cliente e do mercado em que atua; no conhecimento e avaliação dos controles internos operacionais e das práticas contábeis do cliente; no desenvolvimento de programas de trabalho e aplicativos de sistema eletrônico de dados, avaliações de risco, definições de amostragem; na realização de verificações substantivas; na elaboração, discussão e emissão de relatórios; e no nível técnico do pessoal a ser utilizado, considerando os honorários por hora de cada categoria.

11. De acordo com a NBC T 7, qual dos fatores adicionais abaixo relacionados não deve ser considerado na determinação da moeda funcional de entidade no exterior, bem como não indica se esta moeda funcional é a mesma da entidade investidora?

- a) Se as atividades da entidade no exterior acontecem como extensão das atividades da entidade investidora, ou ocorrem com significativo grau de autonomia em relação a ela.
- b) Se as transações com a entidade investidora não representam grande ou pequena parcela das atividades da entidade no exterior.
- c) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior afetam, diretamente, os fluxos de caixa da entidade investidora e estão disponíveis para remessa imediata.
- d) Se os fluxos de caixa das atividades da entidade no exterior são suficientes para honrar suas obrigações sem a necessidade de que novos investimentos sejam feitos pela entidade investidora.

12. Conforme a Instrução CVM nº. 371/02, para fins de reconhecimento inicial do ativo fiscal diferido, a companhia aberta deverá atender a algumas condições. Identifique a alternativa incorreta:

- a) Apresentar histórico de rentabilidade.
- b) Apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos.
- c) Os lucros futuros deverão ser trazidos a valor presente com base no prazo total estimado para sua realização.
- d) Inexistência de rentabilidade na companhia uma vez que não obteve lucro tributável em, pelo menos, 2 (dois) dos 5 (cinco) últimos exercícios sociais.

13. De acordo com a NBC T 11.8, qual dos requisitos a seguir não se encontra entre os que o auditor deve adotar para o controle da qualidade dos seus serviços:

- a) O pessoal designado deve ter o nível de independência e demais atributos definidos nas Normas Profissionais de Auditor Independente para ter uma conduta profissional inquestionável.
- b) O trabalho de auditoria deve ser realizado por pessoal que tenha um nível de treinamento e de experiência profissional compatível com o grau de complexidade das atividades da entidade auditada.
- c) O auditor deve planejar, supervisionar e revisar o trabalho em todas as suas etapas, de modo a garantir aos usuários de seus serviços a certeza razoável de que o trabalho é realizado de acordo com as normas de controle de qualidade requeridas nas circunstâncias.
- d) O auditor independente deve impedir seu pessoal que tenha trabalhado em entidades que integrem sua carteira de clientes, de acessar os arquivos de papéis de trabalhos realizados naqueles clientes.

14. De acordo com a NBC T 19.6, a entidade que optar pelo critério de reavaliação de seus ativos imobilizados deverá:

- a) Manter esse procedimento por no mínimo cinco anos.
- b) Efetuar reavaliação, no mínimo, a cada quatro anos, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados.
- c) Efetuar reavaliação anualmente, para os ativos cuja oscilação do preço de mercado não seja relevante, incluindo ainda os bens adquiridos após a última reavaliação.
- d) Manter esse procedimento por no mínimo dez anos.

- 15. Considere a situação hipotética a seguir. Um sócio responsável por avaliações de risco e de independência de uma empresa de auditoria nacional, com atuação nos principais estados da federação, é consultado por um de seus sócios quanto a um determinado caso, qual seja: um potencial cliente, do relacionamento de um dos sócios da empresa de auditoria, que não o consulente, requereu a emissão de carta-proposta para auditoria das demonstrações contábeis da Companhia XYZ por três exercícios consecutivos, a partir de 31.12.2007; adicionalmente, o consulente informou que aquele sócio que mantém o relacionamento foi diretor administrativo e financeiro da empresa a ser auditada até novembro/2004 e seu representante comercial de janeiro/2005 a dezembro/2006 no principal mercado da empresa, sendo remunerado com base em comissões sobre vendas, de acordo com contratos padrões aplicados a todos os representantes, passando à condição de sócio da empresa de auditoria em fevereiro/2007. Feitas as consultas julgadas necessárias e tomadas as medidas cabíveis, o sócio responsável orientou o consulente a apresentar a proposta solicitada, à qual teve a confirmação formal para iniciar os trabalhos contratados. Com base nessa situação, e tendo como referência as normas profissionais editadas pelo CFC, indique a alternativa adequada à orientação tomada.**
- a) Decidiu-se que o sócio de auditoria, ex-diretor da empresa a ser auditada cujo relacionamento foi descontinuado em dezembro/2006, não deveria se envolver com esse trabalho.
- b) A orientação do sócio responsável por avaliações de risco e de independência da entidade de auditoria foi equivocada, e o contrato deve ser desfeito, porque, mesmo com a proibição do sócio do relacionamento de integrar a equipe a cargo desse cliente, ele foi um alto executivo, com influência na condução dos negócios, tornou-se um sócio muito conceituado na empresa de auditoria nacional e com certeza vai influenciar o sócio designado para esse trabalho e seu corpo gerencial. Ademais, trata-se de uma ameaça significativa de auto-revisão, e o lapso de tempo decorrido desde que houve o desligamento da antiga empresa não é superior a 3 anos, como requerido pela norma profissional aplicável.
- c) A orientação do sócio responsável por avaliações de risco e de independência da entidade de auditoria foi correta, e o contrato deve ser mantido, porque aquele sócio se afastou da direção da empresa a ser auditada há no mínimo dois anos, e não há motivo para ele não ser o encarregado desse trabalho, já que, discutido o tema com os órgãos de governança corporativa da entidade a ser auditada, não foi feita qualquer restrição a que o ex-diretor fosse o encarregado do trabalho de auditoria independente, além da indicação de um sócio revisor para o trabalho.
- d) O sócio do relacionamento com o novo cliente pode ser também o sócio responsável por esse trabalho, em face do lapso de tempo decorrido desde que ele deixou a direção daquela empresa e, ademais, considerando o objetivo da empresa de abrir seu capital e registrar-se no nível 1 da BOVESPA a partir de meados de 2007, seria ganho de tempo na execução dos trabalhos de auditoria, principalmente sobre períodos anteriores que nunca foram auditados, necessários para apresentação ao mercado e à CVM.

16. De acordo com a NBC T 19.6, relativa a reavaliação de ativos, na hipótese em que o valor apurado no laudo de avaliação do conjunto de itens envolvidos for inferior ao valor líquido contábil dos bens correspondentes, qual dos procedimentos abaixo deve ser observado?

- a) Quando de uma primeira reavaliação ou quando não houver saldo na reserva, não cabe o reconhecimento do efeito negativo. Todavia, a entidade deve verificar se o valor líquido contábil dos ativos, considerados em conjunto, é recuperável por suas operações futuras.
- b) Em qualquer circunstância o efeito negativo deve ser reconhecido, independente do valor líquido dos ativos considerados em conjunto.
- c) Quando de uma primeira reavaliação, mesmo havendo saldo na reserva, não cabe o reconhecimento do efeito negativo.
- d) O conjunto de itens referidos no enunciado desta questão não deve ser objeto do laudo de avaliação.

17. Observando a NBC T 19.5, assinale a alternativa incorreta:

- a) A depreciação, amortização ou exaustão de um ativo começa quando da aquisição do item pela entidade.
- b) Quando o valor residual de um ativo for igual ou superior ao valor contábil do ativo, o encargo de depreciação, amortização ou exaustão é zero até que o seu valor residual subsequente diminua para uma quantia abaixo do valor contábil do ativo.
- c) A depreciação, amortização e exaustão devem ser reconhecidas até que o valor residual do ativo seja igual ao seu valor contábil.
- d) O valor depreciável, amortizável e exaurível de um ativo deve ser apropriado, sistematicamente, durante sua vida útil, período de uso ou volume de produção.

18. De acordo com a NBC T 14, o processo da Revisão Externa de Qualidade pelos pares é desenvolvido conforme procedimentos detalhados pelo Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE). Entre esses procedimentos não se inclui a:

- a) Obtenção, análise e avaliação das políticas e dos procedimentos de controle de qualidade estabelecidos pelos auditores-revisados, somente para os trabalhos realizados com emissão de pareceres de auditoria no período sob revisão.
- b) Confirmação da estrutura de controle interno mediante confronto com os papéis de trabalho, de uma amostra limitada de trabalhos.

- c) Análise da adequação da informação recebida nas entrevistas com as pessoas de níveis hierárquicos e experiência adequados dos auditores-revisados.
- d) Inclusão na amostra dos trabalhos realizados em empresas de capital aberto, mercado financeiro, fundos de aposentadoria, pensões e securitários, quando as revisadas tiverem entre seus clientes tais tipos de entidades.

19. De acordo com NBC T 10.13, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de exploração da atividade profissional de um determinado atleta, por compra, por cessão de direitos contratuais ou por formação, na entidade é um ativo intangível, podendo ser objeto de avaliação a valor de mercado, com registro contábil da diferença.
- b) A utilização de atleta mediante cessão de direitos contratuais deve ter o seu custo registrado no resultado pela entidade cedente e a sua receita pela entidade cessionária, em função da fluência do prazo do contrato.
- c) A arrecadação com bilheteria e a arrecadação antecipada devem ser reconhecidas como receita, em conta específica, independentemente da realização dos eventos esportivos correspondentes.
- d) As receitas com contratos de publicidade, patrocínio, direitos de transmissão e imagem e outras assemelhadas devem ser registradas como receita operacional, em contas específicas, em função da fluência do prazo do contrato. O recebimento antecipado deve ser registrado no passivo circulante e/ou no exigível a longo prazo.

20. De acordo com a NBC T 7, “Taxa de Câmbio” é:

- a) O preço do câmbio oficial de venda vigente para as operações à vista na data do balanço.
- b) O preço para a troca de duas moedas distintas.
- c) O preço do câmbio oficial de compra vigente para as operações à vista na data do balanço.
- d) O preço médio da moeda estrangeira que deve ser utilizado na conversão das demonstrações contábeis.

21. De acordo com a NBC T 11.8, qual dos seguintes pressupostos deve ser considerado na avaliação permanente da carteira de clientes, para efeitos de supervisão e controle de qualidade:

- a) Que não há evidências de que a administração da empresa tenha adotado medidas administrativas que possam comprometer o trabalho do auditor.
- b) Que a qualificação técnica dos componentes da administração da entidade auditada é suficiente para oferecer credibilidade nas informações fornecidas por estas ao auditor independente.
- c) A existência de clientes com risco de descontinuidade em suas operações.
- d) A independência em relação aos clientes deve ser aplicada exclusivamente aos líderes da equipe de auditoria.

22. De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, pode-se caracterizar o investimento em sociedades equiparadas a coligadas, passível de ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial, relacionado à participação em outras empresas não consideradas como controladas ou coligadas, a sociedade que participa de outra:

- a) Indiretamente, com 5% ou mais do capital votante, sem controlá-la.
- b) Diretamente, com 30% ou mais das ações preferenciais e 10% do capital total.
- c) Indiretamente, a partir de 20% ou mais do capital votante, sem controlá-la.
- d) Diretamente, com 10% ou mais do capital votante, sem controlá-la, independentemente do percentual de participação no capital total, mesmo que esse percentual seja inferior a 10% do capital total.

23. A NBC T 11.6, que trata da relevância na auditoria, estabelece parâmetros e orientação que devem ser considerados quando da aplicação do conceito de relevância e seu relacionamento com os riscos em trabalhos de auditoria. Sobre esse tema, indique a informação correta:

- a) O objetivo de uma auditoria das demonstrações contábeis é permitir ao auditor independente expressar opinião se essas demonstrações estão, ou não, preparadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às circunstâncias. A determinação do que é relevante, nesse contexto, é uma questão de julgamento profissional e está associado exclusivamente ao aspecto quantitativo, independentemente da natureza ou se motivado por erro intencional ou não.

- b) A determinação quantitativa do nível de relevância é uma questão de julgamento profissional, geralmente computada com base em percentual de um item específico das demonstrações contábeis, como, por exemplo, o lucro após a dedução dos impostos, originado das operações normais da entidade em uma base recorrente, o patrimônio líquido, o total de receitas operacionais, a margem bruta ou até mesmo o total de ativos ou o fluxo de caixa das operações, definidos na fase de planejamento dos trabalhos de auditoria e obrigatoriamente baseados em projeções/estimativas com base na própria experiência do auditor. Se forem bem elaboradas, os valores de referência eleitos para fins de determinação do nível de relevância não precisarão ser ajustados em face dos resultados reais alcançados pela entidade auditada.
- c) Ao definir seu plano de auditoria, o auditor independente deve levar em conta os fatores que poderiam resultar em distorções relevantes nas demonstrações contábeis (quantitativas e qualitativas) e selecionar procedimentos de auditoria que, combinados, podem reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável. Contudo, aplicados os procedimentos específicos de auditoria e como resultado o auditor julgar que o nível de risco é maior que o previsto na fase de planejamento, o nível de relevância, preliminarmente estabelecido, deve ser aumentado, cabendo ao auditor buscar reduzir o nível de risco de controles e de detecção, via modificação da natureza, época e extensão dos testes substantivos planejados, pois, inequivocamente, tratam-se de procedimentos mais econômicos quando comparados com os testes de controles.
- d) Existe uma relação inversa entre o risco de auditoria e o nível estabelecido de relevância: isto é, quanto menor for o risco de auditoria, maior será o valor estabelecido como nível de relevância, e vice-versa. O auditor independente toma essa relação inversa em conta ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria.

24. De acordo com a NBC T 11.10, se o julgamento do auditor independente, feito com base nos procedimentos adicionais executados e nas informações obtidas, incluindo o efeito de condições mitigantes, for no sentido de que a entidade não terá condições de continuar operando em futuro previsível, o auditor deve concluir que:

- a) O pressuposto de continuidade operacional da entidade usado na preparação das demonstrações contábeis é impróprio.
- b) A continuidade operacional da atividade dependerá exclusivamente da capacidade de os administradores obterem recursos junto ao mercado financeiro ou aos acionistas.
- c) Uma ressalva ou um parecer adverso poderá agravar a situação da entidade, podendo, inclusive, eliminar qualquer possibilidade de recuperação.
- d) Uma ressalva não irá modificar a situação, pois o exercício anterior foi ressalvado quanto a continuidade e, no entanto, a entidade continuou operando.

25. De acordo com a NPC P 1, o auditor independente, no exercício de sua atividade, deverá comprovar a participação em programa de educação continuada, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade. A regulamentação hoje vigente relativa a essa exigência está contida na Resolução CFC nº 1074/06, que deu nova redação à NBC P 4, e prevê o seguinte:

- a) O auditor independente e os demais contadores que compõem o seu quadro funcional técnico devem cumprir 96 pontos de Educação Profissional Continuada por triênio calendário, definido o primeiro triênio para o período de 2006 a 2008, sendo obrigatória a comprovação de, no mínimo, 20 pontos em cada ano do triênio.
- b) O auditor independente e os demais contadores que compõem o seu quadro funcional técnico devem cumprir 32 pontos de Educação Profissional Continuada por ano calendário, sendo tal pontuação proporcional ao início das atividades ou à obtenção do registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).
- c) O auditor independente e os demais contadores que compõem o seu quadro funcional técnico podem comprovar, ainda que parcialmente, as atividades de Educação Profissional Continuada, quando realizadas no exterior, mediante documento emitido pela entidade realizadora/capacitadora, na língua do país da capacitadora, dispensada a tradução.
- d) O contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade desde 2002, deve comprovar o cumprimento da referida norma a partir de 2007, que corresponde ao ano seguinte ao início de suas atividades (janeiro de 2006) como funcionário da empresa de auditoria XYZ, devidamente registrada na CVM, ainda que até dezembro de 2005 tenha sido funcionário de outra empresa de auditoria também registrada na CVM.

26. O auditor independente, para poder exercer sua atividade, deverá submeter-se a exame de competência profissional, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade, nos termos da NBC P1. Atualmente, essa regulamentação está expressa na Res. CFC nº. 1077/06, que deu nova redação à NBC P 5 – Norma sobre o Exame de Qualificação Técnica para Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e na Res. CFC nº. 1019/05, que dispõe sobre o CNAI. Sobre o tema, indique a alternativa incorreta:

- a) Serão automaticamente cadastrados no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) os contadores com registro regular na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), até 10 de dezembro de 2006, na condição de responsáveis técnicos de empresa de auditoria ou como pessoa física, independentemente de se submeterem ao Exame de Qualificação Técnica.
- b) Para manutenção de seu cadastro no CNAI, o auditor independente deverá comprovar sua participação no Programa de Educação Profissional Continuada, nos termos das resoluções do CFC que tratam dessa matéria. Caso não comprove tal participação, ou for suspenso do exercício profissional, ou tiver seu registro baixado pelo Conselho Regional de Contabilidade, ou for excluído do registro dos órgãos regulamentadores, no status correspondente ao referido órgão, será excluído, de ofício, do CNAI.

- c) A responsabilidade pela atualização dos dados cadastrais do CNAI é do próprio contador devidamente registrado no Cadastro, mediante acesso ao site do CFC.
- d) Ocorrendo aprovação do contador no Exame de Qualificação Técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), este emitirá Certidão de Aprovação, com validade de 1(um) ano ou 12 (doze) meses para o registro no CNAI. Caso o contador não requeira o registro no CNAI nesse prazo, ele deverá se submeter a novo exame, ser aprovado e a partir daí, com a Certidão de Aprovação em mãos, requerer seu registro.

27. O gerente de uma empresa de auditoria independente registrada na CVM, contador devidamente registrado no CRC e com suas obrigações quanto à comprovação do cumprimento das normas de educação profissional continuada devidamente atendidas, é o encarregado pela condução dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia ABC, sociedade familiar de capital fechado, cujo último parecer emitido foi datado de 25.02.2007 e abrangeu os exercícios findos em 31.12.2006 e 31.12.2005. Considerando o dever de sigilo do auditor, conforme previsto na Res. CFC nº 821/97, que aprovou a NBC P 1 – Normas Profissionais do Auditor Independente, e também no Código de Ética Profissional do Contabilista, nos termos da Res. CFC nº 803/96, indique a alternativa incorreta:

- a) O dever de sigilo deve ser observado na relação entre o auditor e a entidade auditada, na relação entre os auditores, na relação entre os auditores e os organismos reguladores e fiscalizadores e na relação entre o auditor e demais terceiros.
- b) O gerente de auditoria foi convocado pelo Delegado da Polícia Federal que conduzia uma investigação de natureza confidencial sobre a companhia e prestou as informações de seu conhecimento profissional sobre esta. Adicionalmente, em face da instauração de processo judicial, foi convocado a depor na Justiça Federal, como acusado de envolvimento em manipulação de informações financeiras e, nessa condição, prestou basicamente as mesmas informações já transmitidas ao Delegado da Polícia Federal. Nessas situações prevalece a obrigação legal (convocação da Polícia Federal para prestação de informações e instalação de processo judicial no fórum competente) e não a autorização da administração da companhia auditada.
- c) O auditor deve respeitar e assegurar o sigilo com relação às informações obtidas durante o seu trabalho na entidade auditada, no caso a Companhia ABC, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da entidade, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo. Esse dever de sigilo prevalece mesmo após terminados os compromissos contratuais com a citada entidade.
- d) O auditor somente deverá divulgar a terceiros informações sobre a entidade auditada, ou sobre a auditoria por ele conduzida, caso seja autorizado, por escrito, pela administração da entidade, com poderes para tanto, contendo, de forma clara e objetiva, os limites das informações a serem fornecidas. Ao auditor independente que o suceder também deverá fornecer as informações que serviram de base para a emissão do último parecer, desde que autorizado por escrito pela administração da entidade auditada.

28. Conforme a Instrução CVM nº 247/96, indique a alternativa correta:

- a) A consolidação deve considerar, somente, os investimentos em controladas que representem, no conjunto, mais do que 30% do patrimônio líquido da investidora.
- b) No processo de consolidação, o ágio decorrente da mais valia de imobilizado deve ser registrado como um ativo diferido.
- c) Na consolidação proporcional não há a figura de “participação minoritária”.
- d) No processo de consolidação os prejuízos decorrentes de transações com a investidora, coligadas e controladas devem ser eliminados no cálculo da equivalência patrimonial.

29. Indique a alternativa incorreta, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade:

- a) Um auditor independente (AI 1), atuando como especialista, efetuou avaliações a valor de mercado/valor econômico de acervo patrimonial de subsidiária da Companhia ABC, bem como procedeu à emissão de laudo de reavaliação de bens do imobilizado da própria Companhia ABC, cujos resultados foram registrados contabilmente e com efeitos relevantes no conjunto das demonstrações contábeis dessa companhia para o exercício findo em 31.12.2006. Um outro auditor independente (AI 2), que examinou essas demonstrações contábeis, emitiu seu parecer sem ressalva e sem compartilhamento de responsabilidade sobre o resultado das avaliações efetuadas. Assim, o AI 1 pode ser contratado pela Companhia ABC para auditar e emitir parecer sobre as demonstrações contábeis do exercício a findar-se em 31.12.2007, pois não há quebra de independência nessa situação.
- b) Entre outros, os serviços de auditoria interna realizados por uma entidade de auditoria independente à entidade auditada podem gerar conflitos de interesse e assim caracterizar a perda de independência. Em certos casos, o cuidado na manutenção de determinadas salvaguardas impede a existência do conflito de interesses e, por conseguinte, a perda da independência. Todavia, nos casos em que órgãos reguladores específicos de setores da atividade econômica restrinjam a execução de trabalhos de auditoria interna pela entidade de auditoria independente, esta deve atender àquela regulamentação.
- c) De acordo com a Res. CFC nº. 1023/05, que aprovou a NBC P 1.8 – Utilização de trabalhos de especialistas, a responsabilidade do auditor fica restrita à sua competência profissional. Assim, em se tratando de um parecer sem ressalva, o auditor independente não pode fazer referência ao trabalho de especialista no seu parecer e deve fazê-lo obrigatoriamente, no caso de emissão de parecer com ressalva (ainda que com relação a outros temas não relacionados ao resultado do trabalho desse especialista), mesmo que o especialista tenha sido legalmente contratado pela entidade auditada, sem vínculo empregatício, e cujos serviços produzam efeitos relevantes nas demonstrações contábeis, tiverem sido divulgados nas notas explicativas correspondentes.

- d) Nos termos da NBC P 1.2 – Independência, para que se caracterize a dependência financeira, quando trata da incompatibilidade ou inconsistência do valor dos honorários, é necessário que o conjunto dos honorários de serviços prestados à entidade auditada, ou seja, os de auditoria e os demais, seja relevante dentro do total de honorários da entidade de auditoria, considerando-se para fins de medição da relevância o percentual de 25% ou mais do total desses honorários da entidade.

30. Com base na Res. CFC nº. 976/03, que aprovou a NBC P 1 – IT 3, que trata de honorários profissionais de auditoria independente de demonstrações contábeis, indique a alternativa incorreta:

- a) Estabelecer honorários para a realização dos trabalhos de auditoria independente de demonstrações contábeis é geralmente uma questão de cunho comercial e não de ética profissional. Existem, entretanto, aspectos éticos a serem observados, pois sua determinação é fator preponderante para a imagem da atividade de auditoria e pode, em determinadas situações, produzir conflitos de interesses e até se caracterizar como perda de independência.
- b) Honorários contingenciais não devem ser praticados por gerar conflitos de interesses e, como consequência, perda de independência, e correspondem àqueles calculados em uma base predeterminada com relação ao desfecho ou ao resultado de uma transação ou trabalho executado e são assim caracterizados mesmo se decorrerem ou forem estabelecidos em sua totalidade por decisão judicial ou contratados por entidade de direito público interno ou externo, desde que não seja a entidade sob exame, e que o auditor independente contratado não seja o da entidade auditada, suas coligadas, controladas, controladoras ou integrantes do mesmo grupo econômico.
- c) O exercício da atividade de auditoria independente requer do profissional uma série de exigências, além da formação do curso superior em ciências contábeis, o registro no Conselho Regional de Contabilidade, o exame de qualificação técnica, a educação profissional continuada obrigatória, além de outros conhecimentos correlatos. Assim, os honorários dos serviços de auditoria devem ser compatíveis com a avaliação de risco do trabalho em perspectiva, com os investimentos em formação e tecnologia, com a remuneração dos profissionais que irão participar dos trabalhos, bem como com a manutenção dos programas internos e externos de qualidade.
- d) Não é admitida a cobrança de honorários que não leve em conta todo o investimento feito pelo auditor para operar de acordo com as exigências e normas profissionais, caracterizando-se como comportamento inadequado do auditor independente o estabelecimento de honorários inferiores àqueles que considerem os custos efetivos de operação, avaliação de risco do trabalho em perspectiva e o nível técnico do pessoal a ser utilizado no trabalho, entre outros aspectos.

31. De acordo com a NBC T 10.2, na modalidade de arrendamento “financeiro”:

- a) As contraprestações previstas em contrato e devidas pela arrendatária nem sempre são suficientes para que o arrendador recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação.
- b) O valor residual pode ser superior ao valor de mercado do bem na data da opção.
- c) O bem objeto do arrendamento é de tal maneira específico que só aquele arrendatário pode utilizá-lo em sua atividade econômica.
- d) Não existe valor residual.

32. Conforme a Deliberação CVM nº 488/05, assinale a alternativa correta:

- a) Impostos diferidos, tanto ativos como passivos, devem ser classificados como circulantes.
- b) Contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada sua natureza e que não ultrapassem 5% do valor do respectivo grupo de contas.
- c) Quando os prejuízos acumulados excederem o total do capital e das reservas, a diferença negativa deverá ser denominada “Passivo a Descoberto”, e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deverá ser denominada “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)”.
- d) São classificadas em Resultado de Exercícios Futuros as receitas brutas recebidas, mas ainda não realizadas fiscalmente, em função do atendimento ao regime de competência dos exercícios, para as quais não haja qualquer tipo de obrigação de devolução, seja pela entrega de ativos ou prestação de serviço.

33. Identifique a afirmativa correta de conformidade com a NBC T 11:

- a) Revisão analítica consiste na verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendência atípicas. Na aplicação do procedimento, o auditor deve considerar o objetivo e o grau de confiabilidade dos resultados alcançáveis, a natureza da entidade e o conhecimento adquirido nas auditorias anteriores e a disponibilidade de informações, sua relevância, confiabilidade e comparabilidade.
- b) Na aplicação dos testes de observância, o auditor deve verificar a existência, efetividade e continuidade dos controles internos e os direitos e obrigações.

- c) Na aplicação dos testes substantivos, o auditor deve objetivar alcançar conclusões com relação à existência, ocorrência, mensuração, apresentação e divulgação, além da estruturação do sistema de controles internos estabelecidos para a garantia dessas conclusões pela administração da companhia.
- d) É obrigatória a aplicação dos procedimentos de confirmação dos valores das contas a receber e a pagar, mediante a comunicação direta com os terceiros envolvidos, além do acompanhamento do inventário físico realizado pela entidade, em que executará os testes de contagem física e procedimentos complementares aplicáveis, os quais se constituem em procedimentos técnicos básicos de investigação e confirmação.

34. Identifique abaixo um tipo de transação entre partes relacionadas que não é objeto de divulgação em nota explicativa, de acordo com a Deliberação CVM nº 26/86:

- a) Compra e venda de produtos e/ou serviços que constituem o objeto social da empresa.
- b) Prestação de serviços administrativos e/ou qualquer forma de utilização da estrutura física ou de pessoal de uma empresa pela outra ou outras, com ou sem contraprestação.
- c) Subscrição de valores mobiliários sem direito de preferência.
- d) Manutenção de quaisquer benefícios para funcionários de partes relacionadas, tais como: planos suplementares de previdência social, plano de assistência médica, refeitório, centros de recreação etc.

35. A condição de independência é fundamental e óbvia para o exercício da atividade de auditoria independente, nos termos dos normativos do Conselho Federal de Contabilidade. Com relação a esse tema, indique a alternativa incorreta:

- a) Os princípios básicos que devem fundamentar qualquer regra de independência do auditor são: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais na entidade auditada; e (iii) o auditor não deve promover interesses da entidade auditada.
- b) Mesmo que o serviço de avaliação envolva questões não relevantes para as demonstrações contábeis e um grau mínimo de subjetividade e julgamento, a ameaça de auto-revisão não pode ser reduzida a um nível aceitável mediante aplicação de nenhuma salvaguarda. Dessa forma, tais serviços de avaliação não devem ser prestados ou, alternativamente, o trabalho de auditoria deve ser recusado.
- c) As entidades de auditoria independente devem instituir políticas e procedimentos relativos às comunicações de independência com os organismos de governança da entidade auditada, seja ela companhia aberta ou não.

- d) A independência exige postura permanente que possibilita expressar uma opinião sem ser afetado por influências que comprometem o julgamento profissional, permitindo ao profissional agir com integridade, objetividade e ceticismo. Mas a aparência de independência é também exigida e significa evitar fatos e circunstâncias significativos a ponto de um terceiro, bem informado, tendo conhecimento de todas as informações pertinentes, incluindo as salvaguardas aplicadas, concluir dentro do razoável que a integridade, a objetividade ou o ceticismo profissional de uma entidade de auditoria independente ou de um membro da equipe de auditoria ficaram comprometidos.

36. Assinale a alternativa incorreta. São valores mobiliários sujeitos ao regime da Lei nº 6.385/76 e das alterações posteriores os seguintes:

- a) As ações, debêntures e bônus de subscrição.
- b) Os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento de valores mobiliários.
- c) Certificados de depósito de valores mobiliários.
- d) Títulos de dívida pública federal.

37. Assinale a alternativa correta. De acordo com a Instrução CVM nº 308/99 não representa um dever do auditor independente:

- a) Verificar se as demonstrações contábeis e o parecer de auditoria foram divulgados nos jornais em que seja obrigatória a sua publicação e se estes correspondem às demonstrações contábeis auditadas e ao relatório ou parecer originalmente emitido.
- b) Comunicar à CVM no prazo de 20 dias, a substituição por outro auditor independente, com justificativa e anuência da mudança pela companhia aberta.
- c) Verificar se as informações e análises contábeis e financeiras apresentadas no relatório da administração da entidade estão em consonância com as demonstrações contábeis auditadas.
- d) Verificar se as destinações do resultado da entidade estão de acordo com as disposições da lei societária, com o seu estatuto social e com as normas emanadas da CVM.

38. De acordo com a NBC T 10.1, em relação aos prejuízos esperados, assim entendido a expectativa provável de que o total dos custos excederá o total da receita contratual, nos empreendimentos de execução em longo prazo, pode-se afirmar que:

- a) Não devem ser contabilizados.

- b) Devem ser contabilizados somente se já tiverem os trabalhos contratados sido iniciados.
- c) Devem ser contabilizados dependendo do estágio de execução da atividade contratual.
- d) Devem ser reconhecidos imediatamente.

39. Assinale a alternativa incorreta. Conforme a Instrução CVM nº 308/99, o auditor independente pessoa física, o auditor independente pessoa jurídica e os seus responsáveis técnicos poderão ser advertidos, multados, ou ter o seu registro na Comissão de Valores Mobiliários suspenso ou cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, quando:

- a) Atuarem em desacordo com as normas legais e regulamentares que disciplinam o mercado de valores mobiliários, inclusive o descumprimento das disposições da Instrução acima mencionada.
- b) Utilizarem, em benefício próprio ou de terceiros, ou permitir que terceiros se utilizem de informações a que tenham tido acesso em decorrência do exercício da atividade de auditoria.
- c) Realizarem auditoria inepta ou fraudulenta, falsearem dados ou números, ou sonegarem informações que sejam de seu dever revelar.
- d) Assumirem trabalho de auditoria sem manter contato com o auditor independente anterior e emitir parecer de auditoria sem ressalva.

40. Você é o sócio encarregado da auditoria da companhia XYZ, desde janeiro/2002. Ela se tornou uma companhia aberta em julho/2004 e a entidade da qual você é sócio tem atuação nacional e conta com outros 47 sócios de auditoria. Os pareceres sobre as demonstrações financeiras da Companhia XYZ foram assinados por você desde o início, sendo o primeiro em 27-02-2003 (sobre as demonstrações contábeis de 31-12-2002) e o último, relacionado com as demonstrações financeiras de 2006, emitido em 27-02-2007. Você continuará responsável por esse trabalho desde que o relacionamento comercial com a empresa se mantenha, porém não poderá ser designado sócio responsável a partir de 2009, em função da proibição imposta pela CVM, por meio da Instrução CVM nº 308/99. Considerando o exposto, indique a alternativa correta:

- a) Não há impedimento de sua continuidade como sócio encarregado do trabalho, até o limite estabelecido pela CVM, na medida em que a rotação dos responsáveis técnicos é requerida a intervalos menores ou iguais a 5 (cinco) anos, como previsto na Res. CFC nº 1034/05.
- b) O impedimento à continuidade de sua condição de sócio responsável por esse trabalho, de acordo com a CVM, se dá em março de 2008, pois o primeiro parecer assinado por você foi emitido em 27.02.2003. Do ponto de vista da regulamentação do CFC, não há impedimento a esta continuidade de sua condição de responsável técnico pelo trabalho.

- c) O impedimento à continuidade de sua condição de sócio responsável/encarregado técnico deste cliente já se materializou a partir da emissão do parecer datado de 27-02-2007, em face das normas do CFC. Também se aplica a hipótese de impedimento e incompatibilidade, prevista no art. 22 da Instrução CVM nº 308/99, já que haveria infringência às normas relativas à independência.
- d) O impedimento à continuidade de sua condição de sócio responsável por esse trabalho só ocorrerá, em qualquer hipótese, no segundo semestre de 2009, dada a condição de companhia aberta de seu cliente.

41. Com base na Lei nº 10.303/01, o integrante do mercado de capitais, incluindo o auditor independente, que utilizar informação relevante ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários é denominada “USO INDEVIDO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA” e essa prática é considerada crime contra o mercado de capitais. Qual a penalidade a que está sujeito o infrator?

- a) Reclusão de 6 meses e multa de 1 (uma) vez o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.
- b) Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa de até 3 (três) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.
- c) Multa de 2 (duas) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.
- d) Multa de 5 (cinco) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

42. A companhia aberta Global S.A. adquiriu em março/2006 uma participação minoritária de 30% do capital votante da Forte S.A. Em setembro/2006, por força de acordo de acionistas, passou a exercer controle sobre a administração dessa empresa. Em dezembro/2006, a Global S.A. deverá elaborar demonstrações contábeis consolidadas. Qual o período deverá ser incluído nas demonstrações contábeis consolidadas, referente à demonstração do resultado da subsidiária?

- a) Somente em 2007.
- b) Março a dezembro de 2006.
- c) Janeiro a dezembro de 2006.
- d) Setembro a dezembro de 2006.

43. De acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 371/00, que trata da contabilização de benefícios a empregados, assinale a alternativa correta:

- a) Plano de benefício definido é um benefício de pós-emprego em que, usualmente, a patrocinadora não assume o passivo atuarial.
- b) A contabilização de benefícios em ações ou outros instrumentos financeiros equivalentes recebidos pela gerência e diretoria são disciplinados pela Deliberação acima mencionada.
- c) Plano de contribuição definida é um benefício de pós-emprego em que, geralmente, a patrocinadora assume os passivos atuariais.
- d) Benefícios a empregados são todas as formas de remuneração proporcionadas por uma companhia/empresa a seus colaboradores ou a seus dependentes em troca dos serviços prestados.

44. Com o objetivo de atender à revisão especial das Informações Trimestrais (ITR's) prevista na Res. CFC nº 678/90 e Instrução CVM nº 202/93, o Auditor Independente aplica procedimentos mínimos de auditoria, preestabelecidos e com o objetivo restrito de habilitá-lo a concluir que as práticas contábeis adotadas no Brasil foram seguidas na preparação das ITRs. Ao final de sua revisão, o auditor independente deve:

- a) Emitir um parecer de auditoria, ressaltando tratar-se uma revisão especial para fins da Comissão de Valores Mobiliários e da Bolsa de Valores de São Paulo.
- b) Emitir um parecer formal sobre o conjunto das demonstrações financeiras revisadas.
- c) Elaborar relatório sumário dos principais procedimentos adotados pelo auditor independente, expressando sua opinião em forma de parecer.
- d) Emitir relatório declarando que não tem conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas ITRs para que elas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela CVM. Em caso de ressalva, deverá alterar o seu relatório.

45. De acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 207/96, que trata da contabilização dos juros sobre o capital próprio, previstos na Lei nº 9.249/95, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os juros pagos ou creditados pelas companhias abertas, a título de remuneração do capital próprio, devem ser contabilizados diretamente à conta de Lucros Acumulados. Todavia, se a companhia optar pelo registro em despesa, deverá proceder à reversão do valor nos livros contábeis.

- b) Os juros pagos ou creditados somente poderão ser imputados ao dividendo mínimo, previsto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, pelo seu valor bruto incluindo o imposto de renda na fonte.
- c) Os juros recebidos pelas companhias abertas, a título de remuneração do capital próprio, devem ser contabilizados da seguinte forma: (i) como crédito da conta de investimentos, quando avaliados pelo método da equivalência patrimonial e desde que os juros sobre o capital próprio estejam ainda integrando o patrimônio líquido da empresa investida ou nos casos em que os juros recebidos já estiverem compreendidos no valor pago pela aquisição do investimento; e (ii) como receita, nos demais casos.
- d) Os juros sobre o capital próprio que forem utilizados para aumento de capital ou para manutenção em reserva, deverão ser destinados a partir da conta de Lucros Acumulados e registrados em conta específica de Reserva de Lucros até a sua capitalização.

46. Conforme a Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores, desde que exista saldo de lucros acumulados no último balanço semestral, a companhia:

- a) Precisa de autorização estatutária para distribuir dividendos intermediários.
- b) Pode distribuir dividendos intermediários por conta do resultado do exercício em andamento, independentemente de autorização estatutária.
- c) Não pode distribuir o resultado do exercício.
- d) Precisa levantar um balanço patrimonial a qualquer tempo para distribuir dividendos intermediários, desde que o valor dos dividendos exceda o valor das reservas de capital de que trata o § 1º do art.182 da referida Lei.

47. De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, as entidades auditadas deverão divulgar as seguintes informações relacionadas à prestação, pelo auditor independente ou por partes relacionadas com o auditor independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A data da contratação, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado.
- b) Relação de todos os trabalhos de consultoria, independentemente do percentual de remuneração global em relação aos da auditoria externa.
- c) O valor total dos honorários contratados e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa.
- d) A política ou procedimentos adotados pela companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

48. Considerando a legislação societária, Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, assinale a alternativa correta:

- a) Em nenhuma circunstância as ações preferenciais têm direito a voto.
- b) O estatuto não pode excluir ou restringir o direito das ações preferenciais de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros.
- c) Os dividendos, ainda que fixos ou cumulativos, poderão ser distribuídos em prejuízo do capital social, tendo em vista que os minoritários devem receber dividendos, independentemente do resultado do exercício.
- d) Entre as preferências ou vantagens das ações preferenciais, inclui-se, salvo no caso de ações com direito a dividendos fixos ou mínimos, cumulativos ou não, o direito a dividendos no mínimo 20% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

49. Conforme a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, é competência do conselho fiscal, exceto:

- a) Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.
- b) Denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembléia geral os erros, fraudes ou crimes que descobrirem e sugerir providências úteis à companhia.
- c) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos.
- d) Fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

50. De acordo com os normativos do Conselho Federal de Contabilidade, identifique a alternativa correta:

- a) Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas, abrangendo testes de observância e substantivos, sendo que os últimos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade e dividem-se em testes de transações e testes de saldos.

- b) Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas. Em sendo a entidade auditada regulada por normas específicas de órgãos reguladores oficiais, caberá ao Comitê de Auditoria, se existente, comunicar à autoridade reguladora essa ocorrência, dado que o auditor está sujeito ao sigilo profissional e não pode divulgá-las nessa hipótese.
- c) O auditor deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. Todavia, quando eventuais distorções, por fraude ou erro, afetarem as demonstrações contábeis de forma relevante, cabe ao auditor independente, caso não tenha feito ressalva específica em seu parecer, demonstrar que seus exames foram conduzidos de forma a atender às Normas de Auditoria das Demonstrações Contábeis, mediante inclusive a exibição de seus papéis de trabalho ao CFC, CRC, órgãos reguladores e fiscalizadores de atividades específicas, quando o trabalho for realizado em entidades sujeitas ao controle desses organismos, não se sujeitando, necessariamente, nesses casos, à aprovação prévia e escrita da administração da entidade auditada para exibição de seus papéis de trabalho.
- d) O auditor poderá expressar opinião sobre demonstrações contábeis apresentadas de forma condensada, desde que as demonstrações contábeis originais tenham sido examinadas por ele próprio ou por outros auditores independentes. Toda a informação importante, relacionada com ressalva, parecer adverso, parecer com abstenção de opinião e/ou ênfase, constante do parecer do auditor sobre as demonstrações contábeis originais, deve estar incluída no parecer sobre as demonstrações contábeis.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. A circularização e o acompanhamento de inventários físicos são procedimentos obrigatórios aplicados na auditoria das demonstrações contábeis. Comente esses procedimentos e em qual circunstância poderão deixar de ser aplicados.
52. Comente sobre a responsabilidade do auditor independente, ao analisar saldos e transações da companhia aberta, com as denominadas “Partes Relacionadas”, sua identificação e as exigências mínimas de divulgação nas demonstrações contábeis.

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

| | A | B | C | D | | A | B | C | D |
|----|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|----|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 26 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 02 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 27 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 03 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 28 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 04 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 29 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 05 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 30 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 06 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 31 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 07 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 32 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 08 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 33 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 09 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 34 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 35 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 36 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 37 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 13 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 38 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 14 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 39 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 15 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 40 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 16 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 41 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 17 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 42 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 18 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 43 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 19 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 44 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 45 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 21 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 46 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 22 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 47 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 23 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 48 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 24 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 49 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 25 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 50 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |